

Carlos Alberto Figueiredo da Costa

Planos Directores Municipais Instrumentos de Desenvolvimento

- O caso de Gouveia -

Tese de Mestrado em Geografia, Área de Especialização em Ordenamento do Território e Desenvolvimento, orientada pelo distinto Professor Doutor Lusitano Moreira Martins dos Santos, Professor Associado da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra e responsável pela disciplina de Teoria e Técnicas do Planeamento deste Mestrado.



Instituto de Estudos Geográficos  
Faculdade de Letras  
Universidade de Coimbra  
Coimbra - 1999

## Índice do Texto

	Página
Introdução	1
PARTE I	
1. Planeamento, planos e desenvolvimento	5
1.1. O plano como instrumento do Planeamento	8
1.2. As teorias do planeamento	11
1.2.1. Planeamento Tradicional	11
1.2.2. Post-Modernismo	13
1.2.3. Communicative Planning	16
1.2.4. Planeamento Racional-Compreensivo	20
1.2.5. Planeamento Incrementalista	22
1.2.6. Planeamento Advocatório	25
1.2.7. Planeamento Equitativo	29
1.2.8. Planeamento Estratégico	32
1.3. Figuras legais de Planos em Portugal	34
1.3.1. Âmbito Nacional	34
1.3.2. Âmbito Regional	35
1.3.2.1. Planos Regionais de Ordenamento do Território	35
1.3.2.2. Planos Especiais de Ordenamento do Território	36
1.3.3. Âmbito Municipal	37
2. Estrutura do Plano Director Municipal	40
2.1. Objectivos do Plano Director Municipal	41
2.2. Processo de Elaboração do Plano Director Municipal de acordo com o Decreto-Lei nº 208/82 de 26 de Maio	42
2.2.1. Fase dos Actos Preliminares	44
2.2.1.1. Estudos Sumários de Planeamento	44
2.2.1.2. Programa Preliminar	44
2.2.1.3. Proposta de Deliberação do Plano	45
2.2.1.4. Equipa do Plano	46
2.2.1.5. Comissão de Acompanhamento	46
2.2.1.6. Medidas Preventivas	48
2.2.2. Fase de Elaboração do Projecto de Plano	49
2.2.2.1. Estudos Prévios	49
2.2.2.2. Programa Base	50
2.2.2.3. Projecto de Plano	51
2.2.3. Fase de Aprovação do Plano	52
2.2.3.1. Relatório Final da Comissão de Acompanhamento	53
2.2.3.2. Inquérito Público	54
2.2.3.3. Parecer do Conselho Municipal	55

2.2.3.4.	Deliberação da Câmara Municipal	55
2.2.3.5.	Deliberação da Assembleia Municipal	56
2.2.3.6.	Ratificação do Plano pelo Governo	57
2.2.3.7.	Publicidade do Plano	57
2.3.	O Plano Director Municipal de acordo com o Decreto-Lei nº 69/90 de 2 de Março	58
PARTE II		
3.	O Concelho de Gouveia e o Parque Natural da Serra da Estrela	66
3.1.	Caracterização Física, Demográfica, Económica e Social do concelho de Gouveia	66
3.2.	Parque Natural da Serra da Estrela	75
4.	Génese do Plano Director Municipal de Gouveia	82
4.1.	A deliberação de elaboração do Plano	82
4.2.	A constituição da Equipa Técnica	84
4.3.	A constituição da Comissão Técnica de Acompanhamento	86
5.	Elaboração do Plano	86
6.	O Inquérito Público	96
7.	A aprovação e ratificação do Plano Director Municipal de Gouveia	98
8.	A execução do Plano	102
8.1.	Acções propostas no Plano Director Municipal de Gouveia	102
8.2.	A execução do plano	109
8.2.1.	A execução por ano	109
8.2.2.	A execução por rúbrica	111
8.2.3.	Acções previstas e não previstas no PDM	121
8.3.	Organigrama da Câmara Municipal de Gouveia	126
	Conclusão	130

## Introdução

O nosso país manteve-se, durante longos anos, tutelado por uma política isolacionista e com um cunho de aparente “proteccionismo”. Esse isolacionismo propositado resultou da necessidade de se exercer um controlo, pelas forças do poder, sobre as pessoas e o território.

Esta perspectiva política, de país fechado, contrariou todas as teorias desenvolvimentistas, traduzindo-se em custos difíceis de quantificar. Implicou atrasos estruturais que nem a tentativa de aplicação dos diversos Planos de Fomento conseguiu camuflar, para além de um relativo amorfismo com que a nossa população teve de conviver, culminando com um forte surto migratório na década de sessenta.

A globalização da economia, ocorrida nas últimas décadas deste século, a procura exacerbada de uma uniformização de comportamentos, de padrões de consumo, de recurso à tecnologia, investigação e desenvolvimento, tem posto em evidência as dificuldades com que se debatem algumas regiões, no que concerne aos seus sectores produtivos e ordenamento do território tornando evidentes, e até compreensíveis, as assimetrias existentes.

Com o 25 de Abril de 1974 passámos a assistir a uma consciencialização progressiva das populações em torno do seu poder e capacidade de intervenção política e social, na procura do desenvolvimento. Este novo comportamento apresenta-se, inequivocamente, como um elemento indutor de mudança.

A consolidação do poder local passou a assumir-se como condição essencial ao exercício pleno da democracia e reforço do próprio sistema democrático. Tal desiderato só se apresentou tangível através de uma aproximação entre a população e o poder político. Esta nova realidade permitiu olhar-se de um outro modo para o processo de regionalização, preconizado desde sempre pela Constituição da República Portuguesa.

Independentemente das ilacções políticas que possam ser retiradas do referendo sobre a matéria, ficou a ideia da necessidade premente de uma descentralização efectiva do poder e de um maior investimento público nas áreas periféricas do país. Esta nova postura tem um significado e alcance tanto mais decisivo quanto é certo que Portugal se tem constituído como um país tradicionalmente centralizado, onde as

estruturas regionais e locais, foram identificadas como entidades precárias e dependentes, com um território que ao nível do desenvolvimento e das condições de vida tem fundado disparidades secularmente arreigadas, sem que se tenha conseguido estancar e inflectir a imparável dinâmica assimétrica.

O desenvolvimento endógeno apresenta-se como uma das vias alternativas para a consecução de uma melhoria da qualidade de vida das populações das regiões periféricas. Revela-se de capital importância o entendimento que os diversos intervenientes possam estabelecer no que respeita a acordos de princípio e de condições de suporte aos investimentos necessários, para a reconversão dos sistemas produtivos e infraestruturas regionais. Esta deve assumir-se como uma tarefa colectiva.

O combate das assimetrias e dos desequilíbrios de desenvolvimento regional, para ser bem sucedido, deve assentar numa correcta política de apoio ao investimento e num correcto processo de planeamento. Falhado o processo de regionalização perdeu-se a possibilidade de incrementar, no imediato, a prática do planeamento numa dimensão regional, ganhando, desta forma, uma nova dimensão o planeamento de características municipais.

Porém, a prática do planeamento encontra-se, em Portugal, pouco consolidada e com um historial pouco rico. Esta realidade é o resultado prático do isolacionismo a que fomos votados durante um período significativo da nossa história recente. Foi-nos cerceada, durante décadas, a capacidade de participação.

A actual Lei das Autarquias Locais (Decreto-Lei nº 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pelas Lei nº 25/85, de 12 de Agosto, Lei nº 87/89, de 9 de Setembro, Lei nº 18/91, de 12 de Junho e Lei nº 35/91, de 27 de Julho) complementada com os pacotes legislativos que regulamentam os planos municipais de ordenamento do território (Decreto-Lei nº 208/82, de 26 de Maio, Portaria nº 989/82, de 21 de Outubro, Decreto Regulamentar nº 91/82, de 29 de Novembro e Decreto-Lei nº 69/90, de 2 de Março) passou a constituir um instrumento de trabalho apreciável, para a consecução de políticas que tenham em vista a procura de um desenvolvimento sustentado para todas as regiões no geral e para as periféricas em particular.

A cobertura de quase toda a superfície do território nacional por planos directores municipais, que desenvolvem e pormenorizam, alguns deles, regras e directivas estabelecidas em planos regionais de ordenamento do território já

anteriormente aprovadas, como instrumentos de programação e de coordenação de decisões administrativas individuais com incidência na ocupação do solo e vinculativas da actividade urbanística da Administração Pública, constituem um sinal positivo de desenvolvimento funcionando como um travão à ilegalidade e ao arbitrio.

A reduzida experiência da elaboração de planos e da prática da sua aplicação, fez com que estes fossem elaborados com muitas insuficiências e que o poder autárquico os não sentisse como uma necessidade, mas como uma obrigação imposta pelo poder central. Por outro lado, embora a prática de elaboração de planos tenha tido algum significado, estando praticamente todos os 275 municípios do território continental cobertos com planos directores municipais ratificados, a verdade é que se desconhece o que foi ou o que tem sido o ritmo dos trabalhos conducentes à sua execução.

Entendeu-se, portanto, de toda a vantagem analisar neste trabalho, através de um estudo de caso, o processo e as metodologias utilizadas na elaboração de planos directores municipais. Pretendeu-se ainda detectar se a elaboração do Plano Director Municipal de Gouveia resultou da necessidade de aplicar a lei dentro dos condicionalismos impostos pela Administração Central ou se, pelo contrário, resultou de uma vontade expressa da autarquia, ainda que com um relativo desconhecimento e falta de tradições de planeamento. Este trabalho é constituído por duas partes, uma introdução e uma conclusão: uma primeira parte centrada na componente teórica da actividade do planeamento e uma segunda num estudo de caso, a elaboração, aprovação e execução do Plano Director Municipal de Gouveia.

A parte teórica suporta-se em dois capítulos: O primeiro procede a uma análise da evolução da teoria do planeamento, passando pelos diferentes tipos de planos e seu enquadramento legal; o segundo debruça-se sobre a estruturação dos Planos Directores Municipais, sendo aqui feita uma análise em torno dos procedimentos legais, nomeadamente os intrínsecos à deliberação da elaboração, metodologia da elaboração e aprovação.

O estudo de caso é constituído por seis capítulos: o terceiro capítulo respeita à apresentação do concelho de Gouveia e do Parque Natural da Serra da Estrela, o quarto refere-se à génese do Plano Director Municipal de Gouveia, o quinto à

metodologia de elaboração do plano, o sexto ao inquérito público, o sétimo à aprovação e ratificação do plano e, a finalizar, o oitavo à execução do plano.

## Bibliografia

ALBRECHTS, L., Changing Roles and Positions of Planners, Urban Studies, Vol 28 (1), s.l., 1991.

ALBRECHTS, L., New Challenges for Urban Policy under a Flexible Regime of Accumulation, Landscape and Urban Planning, Vol 22, 1992

ALBRECHTS, L., Rereading the Sixties. Reconsidering Planning as a Vehicle for Structural Change, European Spatial Research and Policy, Vol. 1, 1994.

ALTSHULER, A., The City Planning Process: A Political Analysis, N.Y.:Cornell University Press, Ithaca, 1965.

ALTSHULER, A., The Goals of Comprehensive Planning, in Fainstein and Fainstein. The View from Below, Boston, 1965, 1ª ed..

AYDALOT, P., Economie Regionale et Urbaine, s.l., Economica, 1985.

APDU (Associação Portuguesa de Direito do Urbanismo), A Execução dos Planos Directores Municipais - Colóquio Internacional -, Coimbra, Livraria Almedina, 1998.

ARCHIBUGI, F., The future of National Planning System: Environmental and socio-economic components, Comunicação apresentada no XIIº Congresso da AESOP, Aveiro, Portugal, Julho-1998.

BEAUREGARD, R., Without a net: modernism planning and the postmodern abyss, Journal of Planning Education and Research, 10 (Summer), s.l., 1991.

BEGG, H., Planning and the Market-1, Planning Outlook, Vol. 31, 1988.

BENKO, G., LIPIETZ, A., As Regiões Ganadoras - Distritos e Redes: Os novos paradigmas da geografia económica, Oeiras, Celta Editora, 1994.

BIROT, P., Portugal, Lisboa, Livros Horizonte, s.d..

BLOWERS, A., The Environment - Political Problem with No Solution, Town and Country Planning, Vol. 59, 1990.

BOYLE, M., The strategic planning process: Assessing a community's economic assets, Economic Development Commentary, s.l., 1983.

BOURA, I., JACINTO, R., O Acesso da Região Centro ao Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional, IV Colóquio Ibérico de Geografia, Coimbra, Actas Coimbra, 1986.

BRACKEN, I., Urban Planning Methods, Methuen, Londres, 1981.



BRANCH, M., Comprehensive planning: general theory and principles, Calif.: Palisades Publishers, Pacific Palisades, 1983.

BRINDLEY, T.; RYDIN, Y.; STOKER, G., Remake Planning, Unwin Hyman, Londres, 1989.

BRYSON, J.; VAN DE VEN, H.; ROERING, W., Strategic Planning and the revitalization of the public service in *Toward a New Public Service*, edited by Robert C. Denhardt and Edward Jennings, Mo.: University of Missouri Press, Columbia, 1986.

BRYSON, J., FREEMAN, R., ROERING, W., Strategic Planning in the public sector: Approaches and future directions in *Strategic Approaches to Planning Practice*, edited by Berry Checkoway, Mass.: Lexington Books, Lexington.

CAETANO, L.; JACINTO, R., Contributo para o estudo do processo de industrialização em áreas marginais da Região Centro, in *Industrialização em Meios Rurais e Competitividade Internacional*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1990.

CAETANO, M.; BARATA, J.; PESSOA, V.; ESTEVES, M., Regionalização e Poder Local em Portugal, Lisboa, I.E.D., 1982.

CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA, Contas de Gerência e Documentos Anexos Relativos ao Ano de 1995, Gouveia, 1995.

CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA, Contas de Gerência e Documentos Anexos Relativos ao Ano de 1996, Gouveia, 1996.

CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA, Contas de Gerência e Documentos Anexos Relativos ao Ano de 1997, Gouveia, 1997.

CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA, Planta de Ordenamento do Plano Director Municipal, Gouveia, 1995.

CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA, Regulamento do Plano Director Municipal, Gouveia, 1995.

CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA, Relatório do Plano Director Municipal, Gouveia, 1995.

CAMMIS, M., Planning Theory and Philosophy, Tavistock, Londres, 1979.

CANOTILHO, J.; MOREIRA, V., Constituição da República Portuguesa, Coimbra, Coimbra Editora, 1989, 2ª ed..

CARDOSO, A., Do Desenvolvimento do Planeamento ao Planeamento do Desenvolvimento, Comunicação apresentada nas I Jornadas da Sociedade Portuguesa de Urbanistas, Coimbra-Portugal, Maio de 1986.

CHADWICK, G., A Systems View of Planning, Journal of the Town Planning Institute, Vol. 52, (5), 1966.

COOKE, P., Theories of Planning and Spatial Development, Hutchinson, Londres, 1983.

COSTA LOBO, M., Planeamento Urbano em Portugal, Sociedade e Território, Vol. 21, 1995.

CRAWLEY, I., Some Reflexions on Planning and Politics in Inner London, in Huw Thomas e Patsy Healey (org.) Dilemmas of Planning Practice, Avebury, Aldershot, 1991.

CRISPIN, G.; HAMNET, S., Planning Theory: A Collection of Syllabuses, Mimeo, Departamento de Planeamento Regional e Urbano, Politécnica de Coventry, Coventry, 1981.

DAVIDOFF, P., Advocacy and Pluralism in Planning, Journal of the American Institute of Planners, Vol. 31, nº 4, s.l., Dezembro de 1965.

DENHARDT, R., Strategic Planning in state and local government, State and local government Review - 17, s.l., 1985.

FAINSTEIN, S., CAMPBELL, S., Readings in the Urban Theory, Blackwell Publishers, Cambridge, 1996.

FAINSTEIN, S., FAINSTEIN, N., City Planning and Political Values, Urban Affairs Quartely, Vol. 6, s.l., Março de 1971.

FAINSTEIN, S., FAINSTEIN, N., Is state planning necessary for capital? International Journal of Urban and Regional Research, 9 (December), s.l., 1985.

FALUDI, A., A Decision-Centred View of Environmental Planning, Pergamont Press, Oxford, 1987.

FALUDI, A. (Org.), A Reader in Planning Theory, Pergamont Press, Oxford, 1973.

FALUDI, A., Essays on Planning Theory and Education, Oxford, Pergamont Press, 1975.

FALUDI, A., Planning Theory, Oxford, Pergamont Press, 1976, 3ª ed..

FALUDI, A.; VAN DER VALK, Rule and Order. Dutch Planning Doctrine in the Twentieth Century, Kluwer Academic Publishers, Dordrecht, 1994.

FOGLESONG, R., Planning the Capitalist City, Princeton University Press, Princeton, 1986.

- FORESTER, J., Planning in the Face of Power, University of California Press, Berkeley, 1989.
- FRIEDMAN, M., Capitalism and Freedom, University of Chicago Press, Chicago, 1962.
- FRIEDMAN, J., Planning in the Public Domain, Princeton University Press, Princeton, 1987.
- GALBRAITH, J., A Sociedade Desejável, Pub. Europa-América, Mem Martins, 1997.
- GALBRAITH, J., The New Industrial State, Houghton Mifflin Co., Boston, 1967.
- GALBRAITH, J., Viagem Através da Economia do Nosso Século, Circulo de Leitores, Lisboa, 1995.
- GLASSON, J., An Introduction to Regional Planning, London, Hutchinson, 1979, 2<sup>a</sup> ed..
- GOMES, J., 'O Conceito de Plano de Urbanização' *in* Manual dos Loteamentos Urbanos, Coimbra, 1983.
- GOMES, J., O Plano Director Municipal, Coimbra, Coimbra Editora, 1985.
- GONÇALVES, F., In search of a new harmony - changing the Portuguese Planning System, Comunicação apresentada no XIIº Congresso da AESOP, Aveiro, Portugal, Julho-1998.
- GONÇALVES, F., O Plano Director Municipal e o Futuro do Planeamento Municipal, Cadernos Municipais, 28, 1984.
- GONÇALVES, F., Regime Jurídico dos Planos Directores Municipais; Esperanças, Equívocos e Certezas, Arquitectos, Vol. 141, 1994.
- HALL, P., Cities of Tomorrow, Blackwell, Oxford, 1988.
- HALL, P., Urban and Regional Planning, London, Pelican, 1975.
- HARRIS, B., A View of Planning and Planning Education, Journal of Planning Education and Research, Vol. 11, 1992.
- HARVEY, D., The Urbanization of Capital, John Hopkins University Press, Baltimore, 1985.
- HARVEY, D., Social Justice, Postmodernism and the City, International Journal of Urban and Regional Research 16, s.l., 1992.
- HEALEY, P., Colaborative Planning - Shaping Places in Fragmented Societies, London, MacMillan Press Ltd., s.d..

HEALEY, P., Planning Trough Debate, Comunicação apresentada na Conferência sobre "Planning Theory: Prospects for the 1990's", Oxford, Reino Unido, Abril-1990.

HEALEY, P., 'Rational Method' as a Mode of Policy Formation and Implementation in Land-Use Policy, Environment and Planning B, Vol. 10.

HEALEY, P., The Communicative Work of Development Plans, Environment and Planning B, Vol. 20.

HEALEY, P.; MCDUGALL, G.; THOMAS, M. J. (Org.), Planning Theory. Prospects for the 1980's, Pergamot, Oxford, Reino Unido, 1982.

HILHORST, J., Planejamento Regional. Enfoque Sobre Sistemas, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975, 2ª ed..

KAUFMAN, J., Contemporary planning practice: State of the art // Planning in America: Learning from Turbulence, edited by D. Godschalk - American Institute of Planners, Washington.

KLOSTERMAN, R., Arguments for and Against Planning, Town Planning Review, Vol. 56 - nº 1, s.l., 1985.

KRUECKEBERG, D., The Culture of Planning // Krueckberg ed.- Introduction to Planning History in the United States, N.J.: CUPR Press, New Brunswick, 1983.

KRUMHOLZ, N., et al., A Retrospective View of Equity Planning: Cleveland, 1969-1979, Journal of the American Planning Association, Vol. 48 (Spring), s.l., 1982.

KRUMHOLZ, N., FORESTER, J., Making Equity Planning Work, Philadelphia: Temple University Press, Philadelphia, 1990.

LAJUGIE, J.; DELFAUD, P.; LACOUR, C., Espace Regional et Aménagement du Territoire, Paris, Dalloz, 1985, 2ª ed..

LINDBLOM, C., The Science of Mudling Throug, Public Administration Review, Vol. 19 (Spring), s.l., 1959.

LOPES, A., Desenvolvimento Regional - Problemática, Teoria, Modelos, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1979.

LOPES, R., Planeamento Municipal e Intervenção Autárquica no Desenvolvimento Local, Escher, Lisboa, Portugal, 1990.

M.A.I. - SEARL, Plano Director Municipal - Comentários ao Decreto-Lei nº 208/82 de 26 de Maio, Lisboa, Direcção-Geral de Acção Regional e Local, 1982.

MAILLAT, D., Milieux innovateurs et nouvelles générations de politiques régionales, in Políticas de Inovação e Desenvolvimento Regional e Local, Actas do encontro

realizado em Évora em Novembro, Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1995.

MARGARIDO, A., OLIVEIRA, A., O Desenvolvimento das Pequenas e Médias Empresas na Região Centro, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1985.

MARTINHO, A., O Queijo da Serra, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1980.

MAZZA, L., About the Nature of Traditional Local Plans, Comunicação apresentada no IX Congresso da AESOP, Glasgow, Reino Unido, Agosto-1995.

MAZZA, L., Order and Change, Rule and Strategy, Comunicação apresentada no Seminário Internacional da Associação Italiana de Ciência Regional, Perugia, Itália, Setembro-1995.

Mc CONNELL, S., Theories for Planning, Heinemann, Londres, Reino Unido, 1981.

Mc DOUGALL, G., Planning Theory. Prospects for the 1990's, Comunicação apresentada na conferência sobre "Planning Theory: Prospects for the 1990's", Oxford, Reino Unido, Abril-1990.

Mc LOUGHLIN, J. B., Urban and Regional Planning: A Systems Approach, Faber, Londres, Reino Unido, 1969.

MENDES, J., Inquérito às Câmaras Municipais Sobre a Utilização de Meios Informáticos no Planeamento e Gestão Urbanística, Braga, LabSig -Departamento de Engenharia Civil da Universidade do Minho-, 1993.

MILROY, B., Taking Stock of Planning, Space and Gender, Journal of Planning Literature, s.l., 1991.

MONTGOMERY, J.; THORNLEY, A. (Org.), Radical Planning Initiatives. New Directions for Urban Planning in the 1990's, Gower, Aldershot, reino Unido, 1990.

MOURA, L., Viver e Morrer em Gouveia -Nos Alvores do Sec. XX-, Viseu, Ed. do Autor, 1996.

MPAT/MARN, Relatório do Estado do Ambiente e Ordenamento do Território, Ministério do Planeamento e da Administração do Território e Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, Lisboa, Portugal, 1992.

NEEDHAM, B., Innovation in Planning Method, Comunicação oral apresentada ao III Encontro do Projecto de Investigação sobre Inovação na Preparação de Planos na Europa, que decorreu em Janeiro, Lovaina, Bélgica, 1995.

NEEDHAM, B., The Regional Plan for the Province of Friesland, 1994: A Plan With a Purpose, Comunicação apresentada ao III Encontro do Projecto de Investigação sobre

Inovação na Preparação de Planos na Europa, que decorreu em Janeiro, Lovaina, Bélgica, 1995.

PERRIN, J-C., Le Developement Régional, Paris, P.U.F., 1974.

PORTAS, N., O PDM (ainda) Vale a Pena?, Cadernos Municipais - 30, 1986.

PORTAS, N., Notas sobre a Experiência dos PDM's, Arquitectos, Vol. 141, 1994.

SANTOS, J., A Regionalização Portuguesa no Contexto Europeu, Instituto Fontes Pereira de Melo, Lisboa, 1982.

SANTOS, L., Teoria e Técnicas do Planeamento, Textos de apoio ao Mestrado em Ordenamento do Território o Desenvolvimento da Universidade de Coimbra, 1997.

SERRÃO, J., Demografia Portuguesa, Lisboa, Livros Horizonte, 1973.

SERRÃO, J., A Emigração Portuguesa, Lisboa, Livros Horizonte, 1974.

SOARES, L., O Plano Director Municipal -A propósito do Dec.-Lei nº 208/82-, in Poder Local nº 33, Lisboa, Setembro/Outubro de 1982.

SORKIN, M.(Org.), Variations on a Theme Park, New York: Hill and Wang, New York, 1992.

STÖHR, W., Regionalização e Desenvolvimento, in Conferência sobre Regionalização e Desenvolvimento, Lisboa, I.E.D., - Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1982.

STOLOFF, V., The Short Unhappy History of Community Action Programs, in The Great Society Reader, edited by Marvin E. Gettleman e David Mermelstein, Vintage Books, New York, 1967.

TEIXEIRA, C.; GONÇALVES, F., Introdução à Geologia de Portugal, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1980.

THOMAS, M., The Planning Project, Comunicação apresentada na Conferência sobre 'Planning Theory: Prospects for the 1990's, Oxford, Reino Unido, Abril-1990.

TOMAZINIS, A., The logic and rationale of strategic planning, paper presented at the annual meeting of the Association of Collegiate Schools of Planning, Atlanta, November - 1985.

VIAU, P., Democratie Planification Aménagement, Paris, Économie et Humanisme - Les Éditions Ouvrières, 1986.

Legislação:

Decreto-Lei nº 560/71 de 17 de Dezembro.

Decreto-Lei nº 561/71 de 17 de Dezembro.

Decreto-Lei nº 557/76 de 16 de Julho.

Decreto-Lei nº 794/76 de 5 de Novembro.

Decreto-Lei nº 79/77 de 25 de Outubro.

Decreto-Lei nº 167/79 de 4 de Junho.

Portaria nº 409/79 de 8 de Agosto.

Decreto-Lei nº 208/82 de 26 de Maio.

Portaria nº 989/82 de 21 de Outubro.

Decreto Regulamentar nº 91/82 de 29 de Novembro.

Decreto-Lei nº 77/84 de 8 de Março.

Decreto-Lei nº 100/84 de 29 de Março.

Decreto-Lei nº 176-A/88 de 18 de Maio.

Decreto-Lei nº 69/90 de 2 de Março.

Portaria nº 583/90 de 25 de Julho.

Decreto-Lei nº 25/92 de 25 de Fevereiro.

Decreto-Lei nº 151/95 de 24 de Junho.

Decreto-Lei nº 5/96 de 29 de Fevereiro.

